

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 22/09/2014 - Edição 1128

1º Encontro dos Vigilantes do Baixo Parnaíba (MA) aprova adesão à Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil

O Sindicato dos Vigilantes do Maranhão (Sindvig-MA) organizou, nos dias 19 e 20, o 1º Encontro dos Vigilantes do Baixo Parnaíba, na cidade de Chapadinha. A pauta principal do evento foi a luta pelo Piso Nacional dos Vigilantes, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, o presidente do Sindicato, Benedito Raposo, e o vice-presidente, Daniel Pavão dialogaram com os trabalhadores e reforçaram a importância da mobilização da categoria para alcançar melhorias.

“A motivação dos nossos companheiros reflete no balanço positivo do nosso 1º Encontro. Destacamos como a união é essencial para que a categoria fale a mesma língua e conquiste as vitórias que estão por vir”, afirmou Pavão. Segundo ele, mais de 150 trabalhadores, oriundos de municípios da região, participaram dos dois dias de encontro.

No Maranhão, o primeiro passo já foi dado. Para Raposo, a categoria está convocada a integrar o time pelo Piso Nacional. “Agora, vamos organizar a campanha no Estado, priorizando o debate sobre o assunto e envolvendo todos os trabalhadores em mais uma luta liderada pela CNTV”, informa Benedito.



Vigilantes do Baixo Parnaíba/MA aderem a campanha do piso nacional da CNTV

Para Boaventura, que falou sobre as conquistas da lei anticidote e do adicional de periculosidade, encontros como o realizado pelo Sindvig-MA permitem a compreensão da rotina dos vigilantes de cada estado e tornam o trabalho com a categoria mais eficiente. “Conhecer a realidade e a vida dos colegas em todas as partes do país é de uma preciosidade inigualável, especialmente pelo aprendizado. A gente do interior é uma fonte de conhecimento e de valores para renovar o animo para a luta”, declarou.

Aluta se fortalece com a participação de cada vigilante. Juntos somos fortes!

Fonte: CNTV



Vigilantes de São Bernardo do Campo (SP) também querem Piso Nacional de R\$ 3 mil



Os diretores da CNTV Amaro Pereira e Cláudio José participaram do ato realizado em São Bernardo do Campo (SP) que aprovou adesão à Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil

Mais um sindicato se junta à CNTV e aos milhares de vigilantes que estão na luta pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil. Em ato realizado na sexta-feira (19), os companheiros aprovaram a pauta de reivindicações da categoria e o apoio à Campanha. O Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo do Campo, berço do sindicalismo brasileiro, é o primeiro do Estado de São Paulo a realizar ato de lançamento da Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil.

O evento ocorreu na sexta-feira (19) e reuniu lideranças sindicais como o secretário geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões, Cláudio José; o secretário de Assuntos Jurídicos da CNTV e presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira; e o diretor do Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo do Campo Aldemar Paralha. Também esteve presente o

advogado do Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo do Campo, Eduardo Augusto de Oliveira.

A luta que está sendo travada no congresso é de interesse de todos. “Por isso sindicatos, federações, confederação e centrais sindicais devem estar com o mesmo pensamento. Assim conseguiremos alcançar mais este objetivo”, afirmou Amaro.

Fonte: CNTV



Justiça proíbe Bradesco de abrir PA sem vigilância em Mogi Mirim

O juiz Rosério Firmo, da Vara do Trabalho de Mogi Mirim, no interior de São Paulo, proibiu o Bradesco de abrir o Posto de Atendimento (PA) instalado na Avenida Pedro Botesi nº 2171, no município, “sem a presença de vigilância armada”.

A decisão, anunciada na última terça-feira, dia 16, é liminar e resulta de ingresso de ação judicial pelo Sindicato dos Bancários de Campinas e Região. O juiz estabeleceu também multa diária de R\$ 100 mil até o cumprimento da “ordem judicial, a ser revertida em favor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim”.

Para o diretor responsável pela subsele do Sindicato em Mogi Guaçu, Vagner Mortais, a sentença representa “um importante passo na luta contra a insegurança bancária”.

O Bradesco, claro, pode recorrer. Sob a coordenação do Sindicato, o PA de Mogi Mirim está com os serviços paralisados desde o dia 26 de agosto por falta de vigilante.

O que diz a lei

A decisão do Bradesco em retirar o serviço de vigilância do PA é um flagrante desrespeito à Lei Federal nº 7.102/83.

Em seu artigo 1º, a legislação diz: “É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma da Lei”.

Fonte: Jairo Gimenis - Seeb Campinas

Suspeitos de matar vigilante dos Correios em Júlio Borges, no Piauí, são detidos



o menor acusado de participar do crime afirmou: “Enquanto a lei não mudar, eu vou matar o quanto puder

De acordo com o coronel Alberto, todos os acusados já possuem ficha criminal.

Fotos: site <http://cidadeverde.com/>

Homens das polícias Civil e Militar do Piauí detiveram, nessa sexta-feira (19), dois homens suspeitos de terem participado do assalto aos Correios da cidade de Júlio Borges, que terminou com a morte do vigilante Reginaldo Oliveira Ferreira, 41 anos, atingido por um tiro na virilha durante a ação criminosa.

Segundo o delegado Moises Aragão, os suspeitos foram detidos em um hotel na cidade de Curimatá, distante pouco mais de 50 km do local do assalto. “Conseguimos chegar até eles através de um trabalho de rastreamento. Achamos o carro usado na fuga com diversos objetos entre explosivos e roupas sujas. Eles estão detidos porque admitiram terem passado pela área percorrida pelos assaltantes, estavam sujos, com poucas roupas, mas alegaram que estavam viajando a caminho de um casamento. Contaram uma



história sem pé ou cabeça”, disse o delegado.

A Polícia Federal foi avisada e está a caminho de Júlio Borges para interrogar os suspeitos e averiguar a participação deles no assalto. “Esse é um crime federal e por isso a PF é quem está à frente da investigação. Nós apenas damos um apoio. Posso mantê-los detidos até às 22h de hoje (sábado). Caso a PF não venha, vou pegar os depoimentos e liberá-los”, afirmou Moises Aragão.

Entenda o caso

Três assaltantes armados invadiram nessa sexta-feira a agência dos Correios de Júlio Borges e na fuga efetuaram vários disparos, um deles atingiu o vigilante. A vítima foi socorrida e levada para o hospital de Bom Jesus, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

Fonte: Gazeta de Rondônia

Projeto de lei prevê pena de até seis anos de prisão por discriminação



Projeto de Lei 7582/14, da deputada Maria do Rosário (PT-RS),
Crédito: Brasil 247

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei 7582/14, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que define crimes de ódio e intolerância. O objetivo é punir a discriminação baseada em classe e origem social, orientação sexual, identidade de gênero, idade, religião, situação de rua, deficiência, condição de migrante, refugiado ou pessoas deslocadas de sua região por catástrofes e conflitos.

Quem agredir, matar ou violar a integridade de uma pessoa baseado nesses tipos de preconceito será condenado por crime de ódio e terá a pena do crime principal aumentada em no mínimo 1/6 e no máximo 1/2.

Já o crime de intolerância terá pena de um a seis anos de prisão, além de multa, para quem exercer violência psicológica (bullying);

negar emprego ou promoção sem justificativa legal; negar acesso a determinados locais ou serviços, como escola, transporte público, hotéis, restaurantes; negar o direito de expressão cultural ou de orientação de gênero; e negar direitos legais ou criar proibições que não são aplicadas para outras pessoas. A exceção a essa regra é o acesso a locais de cultos religiosos, que poderá ser limitado de acordo com a crença.

Para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação por meio de discurso de ódio ou pela fabricação e distribuição de conteúdo discriminatório, inclusive pela internet, a pena também será de um a seis anos de prisão, além de multa, e poderá ser aumentada entre 1/6 e 1/2 se a ofensa incitar a prática de crime de ódio ou intolerância.

Prevenção

O projeto também prevê que o juiz aplique outras sanções a quem cometer crime de ódio ou intolerância em caráter preventivo: suspender ou restringir porte de arma, afastar o agressor do lar ou da convivência da pessoa ofendida, e proibi-lo de se aproximar ou manter contato com a vítima, seus familiares e testemunhas.

A proposta determina ainda que o Poder Público se empenhe na criação de uma cultura de valorização e respeito da diversidade. O texto estabelece que as políticas públicas deverão buscar a integração dos órgãos de defesa das vítimas, o aperfeiçoamento do atendimento policial, a capacitação de servidores públicos, além da promoção de estudos e pesquisas para mapear as causas, consequências e a frequência da prática dos crimes de ódio e intolerância.

“O caráter abrangente deste projeto de lei tem o objetivo de demonstrar que nenhuma situação de vulnerabilidade pode ser utilizada para justificar ou mascarar violações de direitos humanos”, afirma Maria do Rosário.

Tramitação

O projeto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, em seguida, pelo Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF